

CURSOS DE CURTA DURAÇÃO (12 a 24h/aula – 2 a 4 dias)
EM DIREITO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1) DIREITO MUNICIPAL APLICADO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Poder Local: a evolução de um novo paradigma no campo político.
- Direito Municipal: ramo autônomo do Direito?
- Autonomia e Competências do Município na CF/88
- A repartição constitucional de competências;
- O Princípio da Simetria e a Legislação Federal e Estadual com repercussão nos Municípios:
- A Organização dos Poderes no Município.
- A Lei Orgânica Municipal: aspectos materiais e formais.
- Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo.
- As funções do Poder Legislativo Local.
- Agentes políticos municipais: atribuições, prerrogativas, impedimentos, incompatibilidades e esferas de responsabilidade.
- O Poder Legislativo e seu regimento interno.
- As Espécies legislativas no âmbito do Município.
- Processo Legislativo e Técnica de Redação Legislativa
- Consolidação de Leis
- Controle de Constitucionalidade das Leis Municipais.
- Serviço Público: a questão conceitual e os regimes jurídicos aplicáveis
- Servidor Público: direitos e deveres
- Licitações e Contratos
- Tributos municipais
- Gestão do Patrimônio Público
- Direito Ambiental e Direito Urbanístico Local e suas peculiaridades.
- O Município em Juízo.

2) LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceito de Licitação.
- Evolução histórica da legislação de licitações e contratos administrativos.
- Abrangência da Lei de Licitações.
- Princípios gerais de licitações e contratações.
- A obrigatoriedade de licitar e as exceções legais.
- Objeto da Licitação: Compras, obras e serviços de engenharia, serviços comuns, serviços contínuos, serviços técnico-profissionais, concessões.

- Objetivos da Licitação e restrições à participação. A caracterização do objeto da Licitação: projeto básico e termo de referência. As licitações sustentáveis.
- Formas de execução dos contratos: direta, indireta. Regimes de execução: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa e empreitada integral. Fornecimento integral e parcelado.
- As modalidades de licitação na Lei 8.666/93 e os procedimentos próprios a cada uma: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso e Leilão.
- A modalidade de Pregão – Presencial e Eletrônico. Principais características, vantagens e desvantagens com relação às demais modalidades. Procedimentos próprios do pregão.
- Os tipos de licitação e suas principais características. Menor Preço. Melhor Técnica. Técnica e Preço.
- Principais casos de dispensa e inexigibilidade de licitação. Procedimentos para formalização.
- As fases interna e externa do procedimento licitatório.
- O Edital: conteúdo, publicação e impugnação.
- Habilitação: exigências jurídicas, fiscais, técnicas e econômico-financeiras.
- O Julgamento das licitações.
- Recursos Administrativos, representação e pedido de reconsideração.
- Homologação, anulação e revogação das licitações.
- Contratos Administrativos: conceito e características. As cláusulas exorbitantes
- Providências antes do início do contrato.
 - O prazo para assinatura do contrato.
 - Instrumentos que podem substituir o termo de contrato.
 - A designação do fiscal ou gerente do contrato.
 - A garantia do contrato. Modalidades, formalização e restituição.
 - Documentos necessários para o gerenciamento do contrato.
- O gerenciamento do contrato.
- Duração do contrato e hipóteses de prorrogação do prazo
- Execução do contrato: acompanhamento e recebimento do objeto contratual.
- Principais hipóteses de alterações contratuais, análise e sua formalização.
- Reajustamento, revisão, repactuação e equilíbrio econômico-financeiro: suas principais características e diferenças.
- Rescisão contratual: unilateral, por acordo das partes e judicial.
- Aplicação de penalidades. As sanções: formalização, defesa e contraditório.
- O encerramento do contrato.

→ Abordagem da Lei Complementar 123/2006 (Estatuto das Pequenas e Microempresas) e da Lei 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).

3) **REACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública em contratações públicas. Conceitos: reequilíbrio; revisão; repactuação; realinhamento; recomposição; reajuste; atualização e correção monetária.
- Teorias aplicáveis à manutenção do equilíbrio econômico financeiro: cláusula rebus sic stantibus x pacta sunt servanda; teoria da imprevisão; teoria do fato do príncipe; teoria do fato da administração; força maior e caso fortuito; interferências imprevistas.
- Fase interna do procedimento licitatório:
- Termo de Referência e projeto básico (elementos mínimos)
- Planilha de formação de preços
 - Bonificações e Despesas Indiretas - BDI
 - Pesquisa mercadológica
- Minuta de edital e do contrato administrativo – cláusulas afetas à manutenção do equilíbrio econômico financeiro.
- Aditamento e apostilamento contratual
- Alterações quantitativas e qualitativas do objeto contratado
- Prorrogação de vigência contratual
- Contratos de prestação de serviços de natureza continuada
Preclusão temporal para o contratado pleitear a repactuação
- Formalização de contratos administrativos e substituição por instrumentos congêneres
Jurisprudência e doutrina relacionadas

4) **FUNDAMENTOS DE ESTADO, GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **TEORIA DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO:** O Estado e sua evolução: conceito, natureza e elementos do Estado. Estado, Direito e soberania. Organização do Estado: Separação de Poderes e Federalismo. Poder Legislativo: composição, funções e atribuições. Processo Legislativo. Relações intergovernamentais e cooperação federativa; Poder Constituinte: titularidade e exercício. Conceito de Constituição. Constituições rígidas e flexíveis; conteúdo da Constituição. Interpretação, integração e aplicação das normas constitucionais.

- **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Ato e Fato Administrativo. Processo e Procedimento administrativo. Bens Públicos, Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Licitações e

Contratos. Responsabilidade Civil do Estado, Agente Público. Terceirização. Serviço Público. Parcerias público-privadas,

• **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Formas históricas de administração pública: patrimonialismo e administração burocrática racional-legal. A crise do modelo burocrático e o paradigma pós-burocrático. Administração pública gerencial. A evolução da Administração Pública no Brasil e as Reformas administrativas. Administração Direta e Indireta. Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundações. Parcerias e entidades de colaboração.

• **POLÍTICAS PÚBLICAS:** A formação da agenda governamental: construção de agenda; elaboração de projeto; adoção do projeto; implementação; avaliação; ajuste. Conceito e fases da política pública: formulação, implementação e avaliação. Tipos de avaliação de políticas

5) DIREITO URBANÍSTICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **INTRODUÇÃO: A CIDADE E O DIREITO:** O controle do aproveitamento do solo como fenômeno comum nas sociedades; Notas sobre o surgimento e a evolução da cidade na História; A cidade moderna e os novos desafios urbanos; Urbanismo e Planejamento Urbano; Definições sobre cidade e suas funções; A necessidade de regras jurídicas para ordenar a cidade
- **DIREITO URBANÍSTICO:** Conteúdo do Direito Urbanístico; Autonomia do Direito Urbanístico; Conceito de Direito Urbanístico; Competência Legislativa para o Direito Urbanístico; Quadro Geral das Leis Nacionais Relacionadas ao Desenvolvimento Urbano; Princípios Jurídicos Aplicáveis ao Direito Urbanístico; Propriedade Urbana
- **O PLANO DIRETOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO:** Histórico sobre Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano – visão crítica; A obrigatoriedade da elaboração e da revisão do Plano Diretor no Brasil; O Plano Diretor como “produto” de um sistema de planejamento contínuo; O Plano Diretor como lei principal para promover o desenvolvimento urbano; A posição do Plano Diretor dentro do ordenamento jurídico; A iniciativa do projeto de lei do Plano Diretor; A participação popular na elaboração e revisão do Plano Diretor; Atividades preliminares para a elaboração ou revisão do Plano Diretor; Conteúdo do Plano Diretor; Abrangência territorial do Plano Diretor
- **MACROZONEAMENTO E ZONEAMENTO URBANO:** A divisão do território municipal em áreas para fins de planejamento e ordenação; Macrozoneamento; Perímetro Urbano; Zoneamento Urbano e a fixação de regras jurídicas; A formalização do zoneamento urbano: lei ou decreto; As zonas especiais;
- **PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS:** Interesse urbanístico em definir e controlar a divisão do solo; Parcelamento do solo como função pública; Modalidades; Lei Federal nº 6.766/79: Normas Gerais sobre Parcelamento do Solo; Os principais parâmetros urbanísticos para o parcelamento do solo; A destinação de áreas ao município; Os encargos do loteador; Controle prévio sobre o parcelamento do solo; Aquisição de Direito ao Parcelamento; Parcelamento em área rural; Parcelamento irregular e parcelamento clandestino; Condomínio; Loteamento Fechado; Remembramento

- **USO DO SOLO URBANO:** Interesse urbanístico em definir a distribuição das atividades no território; A disciplina do uso do solo a partir das zonas urbanas; As regras especiais para localização de estabelecimentos; As regras especiais para funcionamento de estabelecimentos não relacionadas à localização ou ao tipo de edificação; Classificação dos usos em razão da legislação municipal; Controle prévio sobre o uso do solo; Aquisição e Manutenção do direito de uso – licença de uso; Fiscalização do uso do solo urbano
- **OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO:** Interesse urbanístico em definir a construção sobre o solo; A disciplina da ocupação do solo a partir das zonas urbanas; Regras especiais em razão de situações mais específicas; Principais Índices para Ocupação do Solo; Classificação das edificações em razão da legislação municipal; A questão das áreas não-edificáveis; Controle Prévio sobre a Ocupação do solo urbano; Aquisição e Manutenção do Direito de Construir
- **NOVOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS:** Parcelamento, a Edificação ou a Utilização Compulsórios, IPTU Progressivo e Desapropriação Mediante Títulos da Dívida Pública; Outorga Onerosa do Direito de Construir; Transferência do Direito de Construir; Operação Urbana Consorciada; Direito de Preempção; Estudo de Impacto de Vizinhança; Direito de Superfície

6) SANEAMENTO BÁSICO – ASPECTOS JURÍDICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Histórico sobre Modelos Jurídicos para Execução dos Serviços de Saneamento Básico
- Regime Jurídico do Saneamento Básico
- Atividades Inseridas no Saneamento Básico
- Titularidade no Saneamento Básico
- O Plano de Saneamento Básico
- A Execução Direta dos Serviços de Saneamento Básico
- Possibilidade de delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços
- Vedação a convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária para fins de delegação da prestação de serviços
- Segregação entre funções regulatórias/fiscalizatórias e prestação de serviços (regulação independente)
- Requisitos Preparatórios para a Licitação da Concessão
- Remuneração pelo Serviços
- Alterações nos Contratos de Concessão
- Extinção

- ABORDAGEM DO PROJETO DE LEI DE SANEAMENTO APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (DEZ-2019)

7) PROCESSO E TÉCNICA LEGISLATIVA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Autonomia Municipal
- Funções legislativas
- Espécies Normativas e Processo Legislativo na Constituição Federal
- Lei Orgânica Municipal, Regimento interno e Processo Legislativo
- Iniciativa legislativa
- Tramitação de projetos
- Deliberação legislativa
- Sanção ou veto
- Promulgação e publicação
- Função Fiscalizadora
- Função Julgadora
- Administração da Câmara Municipal

8) PROCESSO ADMINISTRATIVO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução: fundamentos, princípios e direitos constitucionais.
- Conceito: processo e procedimento administrativo.
- O controle por meio do processo administrativo.
- Objeto: genérico e específico.
- Modalidades: processo de expediente, de outorga, de controle e punitivo.
- Processo administrativo disciplinar e tributário ou fiscal.
- Fases do processo administrativo: iniciativa, instrução, decisão e integração.
- Legislação básica aplicável aos diferentes processos administrativos.

9) TERCEIRIZAÇÕES, CONCESSÕES E PPP's NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Competências constitucionais e a titularidade do serviço e da prestação do serviço
- Lei nº 8987/95 e Lei nº 11.079/04
- Concessões comuns e parcerias público-privadas: semelhanças e diferenças.
- A diferença entre contratos de prestação de serviços e contratos de concessão de serviços públicos.
- As parcerias público-privadas: concessão administrativa e concessão patrocinada.
- As vedações e as diretrizes legais para a celebração de parceria público-privada.
- Cláusulas necessárias dos contratos de parceria público-privada.
- Serviços Municipais que podem ser concedidos
- Sistema tarifário.

- Diferença entre preço público e tributo
- Reajuste e revisão da tarifa
- As fontes paralelas de receita na concessão: Alternativas, acessórias, complementares e derivadas de projetos associados.
 - Aspectos específicos de planejamento das concessões e PPP: alocação e matriz de riscos e Value for money.
 - As formas de contraprestação pública nos contratos de parceria público-privada e as garantias do concessionário.
 - Fundo Garantidor.
 - Procedimento de manifestação de interesse (PMI) e propostas não solicitadas (PNS)
 - Equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão de serviços públicos e PPP
 - Reajuste e revisão.
 - Cláusulas econômicas e cláusulas regulamentares.
 - Equilíbrio econômico-financeiro e taxa interna de retorno – TIR.
 - A duração dos contratos de concessão.
 - A prorrogação dos contratos, inclusive como forma de propiciar a modicidade das tarifas.
 - Poderes do concedente
 - Alteração unilateral,
 - Intervenção,
 - Aplicação de sanções.
 - O usuário dos serviços públicos: direitos e deveres.
 - A extinção dos contratos de concessão: encampação e declaração de caducidade – possibilidades e limites.
 - Direitos dos concessionários no caso de extinção da concessão antes do final do prazo contratual.
 - Sociedade de propósito específico

10) RESPONSABILIDADE DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS